



II.5 DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

II.5.A PLANOS E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

Esse item tratará das políticas públicas em funcionamento ou em fase de planejamento nos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, especialmente quando envolvem municípios da área de influência do Bloco BC-10, ou que, por estarem sendo desenvolvidos em outras regiões desses Estados, possam vir a ser implantados na Área de Influência, em função das características do empreendimento e de seus potenciais benefícios e impactos ambientais para a região.

As subseções deste item tratarão de planos e programas relacionados: **i)** ao Meio Ambiente e aos Recursos Marítimos; **ii)** à Pesca; e **iii)** ao Turismo.

II.5.A.1 Principais Planos e Programas relacionados ao Meio Ambiente e aos Recursos Marítimos

No Âmbito Federal

A Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), criada pelo Decreto nº 74.557, de 12 de setembro de 1974, é a instituição responsável pela coordenação dos assuntos relativos a Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM). A CIRM é composta por representantes da Marinha do Brasil e dos Ministérios do Meio Ambiente, de Ciência e Tecnologia, Educação, Minas e Energia e Relações Exteriores.

Com o objetivo de *“orientar o desenvolvimento das atividades que visem à efetiva utilização, exploração e aproveitamento dos recursos vivos, minerais e energéticos do Mar Territorial, da Zona Econômica Exclusiva e da Plataforma Continental, de acordo com os interesses nacionais, de forma racional e sustentável para o desenvolvimento socioeconômico do País, gerando emprego e renda e contribuindo para a inserção social”* (Decreto nº 5.377, de 23 de fevereiro de 2005), a PNRM é consolidada pelo VI Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM), aprovado pelo Decreto nº 5.382, de 3 de março de 2005, que vigorará até 2007.

A PNRM é definida por postura dos organismos internacionais, dos quais o Brasil faz parte, que definem moldura jurídica global pelo uso sustentável dos recursos do mar vivos e não vivos. O PNRM é plurianual e se define pelos Programas de Recursos Pesqueiros Sustentáveis, Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa, Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Biotecnologia, Recursos do Mar, Geologia do Brasil, Ciência, Natureza e Sociedade e Aqüicultura e Pesca do Brasil. Outros mecanismos de integração e interface com o PNRM serão descritos a seguir.



O Programa de Avaliação do Potencial Pesqueiro dos Recursos da Zona Econômica Exclusiva (REVIZEE), conduzido pela Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM) e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), tem por objetivo promover o desenvolvimento sustentável da pesca oceânica através de pesquisas marinhas voltadas para o conhecimento dos recursos vivos da ZEE, promovendo planos estratégicos para o desenvolvimento tecnológico, aumento da produção, qualificação profissional e equilíbrio da balança comercial.

O Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), instituído pela Lei Federal nº 7.661 de 16/05/1988, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), abrange os 17 estados costeiros da Federação. O PNGC tem por objetivo principal *“orientar a utilização nacional dos recursos na Zona Costeira, de forma a contribuir para elevar a qualidade de vida de sua população, e a proteção do seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural”* (Art. 2º Lei 7.661 de 16/05/1988).

No escopo deste Programa, cada estado brasileiro é responsável pelo planejamento e pela execução das atividades de gerenciamento costeiro na esfera de suas competências e nas áreas de sua jurisdição. Os Estados, por sua vez, devem articular com os municípios participantes do gerenciamento costeiro para a elaboração de planos e atividades locais. O detalhamento do PNGC, assim como a descrição dos seus desdobramentos estaduais (GERCO/RJ e PEGC/ES), encontram-se no **Item II.5.3.13 - Instrumentos de Gestão Ambiental**.

O Plano de Levantamento da Plataforma Continental (LEPLAC) visa essencialmente o estabelecimento jurídico do limite exterior da Plataforma Continental Brasileira. O LEPLAC é implementado pela Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos Do Mar (SECIRM) – órgão encarregado dos encargos técnicos e administrativos da CIRM.

O Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto Orla) é uma ação conjunta do MMA, através da sua Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamento Humanos, e do Ministério do Planejamento, através da sua Secretaria do Patrimônio da União e objetiva o ordenamento dos espaços litorâneos, visando a interligação entre as políticas de patrimônio e ambiental. O projeto procura combater a ocupação desordenada e irregular da orla e prevenir assim os processos erosivos e fontes contaminadoras que possam provir destas irregularidades.

A implementação do Projeto Orla inicia-se pela seleção de municípios cujos gestores, universidades, sociedade civil organizada e entidades privadas são capacitados a elaborar o Plano de Gestão Integrada a Orla. Uma vez elaborado, o Plano de Gestão é legitimado em Audiência Pública e entra em vigor conforme planejado. O Projeto Orla proporciona capacitação técnica e abre canal de articulação institucional de esforços para o gerenciamento da orla.



O Sistema Global de Observação dos Oceanos (GOOS) foi criado pela UNESCO através da Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI), em parceria com a Organização Meteorológica Mundial (OMM) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), com o objetivo de que os países membros possam prever fenômenos e processos oceanográficos que possam influenciar diretamente a preservação, conservação e utilização sustentável dos oceanos. O GOOS/Brasil foi aprovado pela CIRM em abril de 1997 e, desde então, implementa ações através de seu Comitê Executivo, coordenado por representante do Ministério da Marinha, e composto por membros representantes dos Ministérios da Educação, Minas e Energia, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, da Secretaria da CIRM e da comunidade científica relacionada à área de atuação do Programa.

Parte integrante do GOOS/Brasil é o Programa Nacional de Bóias Oceanográficas (PNBOIA), que tem como propósito *“coletar dados oceanográficos e meteorológicos, por meio de um sistema operacional de bóias de fundo e de deriva, que transmitem dados em tempo quase real via enlace de satélite”* (GOOS/Brasil, 2005). O PNBOIA visa caracterizar o meio ambiente para prover informações relativas a segurança da navegação nas áreas marítimas brasileiras.

Outro programa desenvolvido pela UNESCO e sua respectiva COI é o Programa Piloto em Ciências do Mar, que objetiva realizar pesquisas e financiar pesquisas marinhas e promover interação entre o Ministério de Ciência e Tecnologia com outras instituições ativas neste âmbito com vistas a promover o desenvolvimento sustentável e utilização das potencialidades da zona marítima brasileira.

O Programa de Mentalidade Marítima (PROMAR), criado pela CIRM em 1997, procura incentivar a difusão de uma mentalidade em prol dos assuntos marítimos, visando o desenvolvimento sustentável dos seus recursos e engajamento da população em torno de sua preservação. O PROMAR promove cursos, apóia instituições e promove exposições educativas acerca de seu objeto.

O Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (REMPLOC), tem por objetivo efetuar levantamento geológico-geofísico básico sistemático da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (PCJB) e em sítios de interesse geoeconômico-ambiental identificados na PCJB, visa avaliar sua potencialidade mineral e assim auxiliar políticas governamentais relativa a utilização desses recursos.

Tendo em vista a movimentação nos portos da área de influência do empreendimento, vale ressaltar a existência do Programa de Controle de Navios pelo Estado do Porto, que já se encontra implementado nos Portos do Rio de Janeiro e Vitória entre outros do país e é gerenciado pela Diretoria de Portos e Costas (DPC) da Marinha do Brasil. Tem como objetivo salvaguardar a vida humana no mar, principalmente evitando derramamento ou descarga de óleo, estabelecendo sistema de inspeção de navios estrangeiros em águas brasileiras.



O Programa Nacional de Diversidade Biológica (PRONABIO) foi criado pelo Decreto Presidencial de nº 1.354, de 29 de dezembro de 1994 com o objetivo de *“promover a parceria entre o poder público e a sociedade civil na conservação da diversidade biológica, utilização sustentável de seus componentes e repartição justa e equitativa dos benefícios dela decorrentes”* (Art. 2º Decreto Presidencial Nº 1.354, de 29 de dezembro de 1994).

Trata-se de documento fundamental da implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica – documento que visa reunir países em torno da conservação e utilização sustentável dos recursos e a biodiversidades, já assinado por 175 países –, no país.

O PRONABIO tem como mecanismo de auxílio técnico e financeiro o Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO), que tem todas as suas ações aprovadas pela Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO) – fórum responsável pela definição de diretrizes para implementação do PRONABIO e da Política Nacional de Biodiversidade.

O objetivo do PROBIO é *“identificar ações prioritárias, estimulando subprojetos que promovam parcerias entre os setores públicos e privados, gerando e divulgando informações e conhecimentos no tema”* (MMA, 2005). Portanto, esse projeto é vigente na área de estudo, onde se presencia áreas de Mata Atlântica e outros biomas imprescindíveis de conservação.

É importante citar duas iniciativas do IBAMA de Programas que tangem a fauna e flora marítima:

- O Centro de Estudos de Aves Marinhas (CEMAVE), cujo objetivo é estudar e propor estratégias de preservação de aves marinhas, que poderá vir por assessorar estudos neste âmbito na área de influência; e
- o Plano de Ação para os Mamíferos Aquáticos do Brasil, desenvolvido pelo Grupo de Trabalho Especial de Mamíferos Aquáticos (GTEMA), visando à pesquisa e priorização de projetos de conservação dos mamíferos aquáticos ocorrentes no Brasil, incluindo cetáceos, pinípedes, sirênios e mustelídeos.

Um dos programas ambientais mais conhecidos na área de influência é o Projeto Tamar, que tem como objetivo a proteção das tartarugas marinhas, em 20 bases espalhadas pelo Brasil. A Reserva Biológica de Comboios, no Espírito Santo, localizada na Área de Influência deste empreendimento é considerado o maior sítio de desova de tartarugas gigantes do país.

O Projeto Tamar-IBAMA, junto com a Fundação Pró-Tamar, monitora mil quilômetros de praia através da capacitação de membros das comunidades próximas às bases instaladas.



No Âmbito Estadual

► Rio de Janeiro

O Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro (GERCO/RJ), intermediado pela FEEMA, é a aplicação do PNGC no Estado do Rio de Janeiro. O engajamento do Estado do Rio de Janeiro ao Programa se deve a duas principais razões: a importância econômica e ambiental do litoral fluminense e o atendimento da Lei Estadual nº 1.204, de 7/11/87, que instituiu o Comitê de Defesa do Litoral (Codel/RJ), fortalecendo a participação do Estado na gestão do uso e recursos litorais. O Programa se caracteriza por um *“processo contínuo de diagnose e planejamento do uso dos recursos costeiros, sob uma perspectiva integrada dos diversos processos e dos diversos atores que atuam na zona costeira”* (FEEMA, 2005).

Os municípios da Área de Influência deste estudo situam-se nos setores costeiros Litoral da Região dos Lagos (setor 3) e Litoral Norte-Fluminense (setor 4), para efeito do GERCO/RJ, como mostra o quadro, a seguir.

SETOR 2 LITORAL DA BAÍA DE GUANABARA	SETOR 3 LITORAL DA REGIÃO DOS LAGOS	SETOR 4 LITORAL NORTE FLUMINENSE
<ul style="list-style-type: none">▪ Niterói▪ Maricá	<ul style="list-style-type: none">▪ Saquarema▪ Araruama▪ Iguaba Grande▪ São Pedro D'Aldeia▪ Cabo Frio▪ Búzios▪ Casimiro de Abreu▪ Rio das Ostras	<ul style="list-style-type: none">▪ Macaé

Ao Comitê de Defesa do Litoral do Estado do Rio de Janeiro (CODEL), instituído pela Lei nº 1.204 de 07 de outubro de 1987, compete: **i)** elaborar proposta de macrozoneamento e de diretrizes para proteção e o desenvolvimento do litoral do Rio de Janeiro; **ii)** elaborar, aprovar e supervisionar a implementação de diretrizes gerais e do plano estadual de prevenção e controle da poluição accidental na zona costeira; e **iii)** examinar e aprovar os programas, planos e projetos a serem executados na zona costeira por iniciativa ou mediante autorização, licença ou financiamento de órgãos da administração direta ou indireta, inclusive fundações do Governo do Estado do Rio de Janeiro (Lei nº 1.204 de 07 de outubro de 1987). O Comitê atua através de subcomitês regionais.

Um dos principais programas fluminenses relacionados ao meio ambiente é o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara, convênio entre a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMADS), Secretaria de Estado de Educação (SEE) e Fundação Estadual de Engenharia de Meio Ambiente (FEEMA), e a UFRJ, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e *Overseas Economic Fund* (OECF), tem como



objetivo reduzir a poluição da baía, solucionando o conjunto de problemas ambientais existentes.

Além da despoluição, o Programa atua em outras vertentes com iniciativas para a racionalização do abastecimento d'água, o melhoramento do sistema de esgotamento sanitário, a melhoria na coleta de lixo, o controle de inundações e o mapeamento digital da região.

Para atender casos de poluição acidental, causados por derramamento de óleo no mar, a FEEMA criou, em 1990 o Plano de Emergência da Baía de Guanabara. Fazem parte da organização e da implementação do plano, órgãos públicos como Marinha do Brasil, Defesas Cíveis do Estado e do Município, FEEMA e Cia. Docas. As empresas privadas que atuam na região, como Esso Brasileira de Petróleo, Refinaria de Petróleo Manguinhos, Shell Brasil, Texaco Brasil, Ethyl, e Navegação São Miguel possuem seus Centros de Combate individuais.

► Espírito Santo

O Estado do Espírito Santo conta com o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC), coordenado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEAMA) instituído pela Lei nº 5.816 de 22 de dezembro de 1998, que visa estabelecer e implementar ações estratégicas e programáticas para a implementação do Gerenciamento Costeiro no Estado. A zona costeira do Espírito Santo é dividida em setores, cujos pertencentes à Área de Influência do Bloco BC-10 figuram no quadro a seguir:

SETOR II - LITORAL NORTE	SETOR III - LITORAL CENTRO	SETOR IV - LITORAL SUL	SETOR V - LITORAL EXTREMO SUL
<ul style="list-style-type: none">▪ Linhares▪ Aracruz	<ul style="list-style-type: none">▪ Fundão▪ Serra▪ Vitória▪ Vila Velha	<ul style="list-style-type: none">▪ Guarapari▪ Anchieta▪ Piúma	<ul style="list-style-type: none">▪ Maratáizes▪ Itapemirim▪ Presidente Kennedy

Os objetivos do PEGC são orientar e estabelecer a ocupação do solo e utilização dos recursos naturais da Zona Costeira, promover a qualidade de vida das populações locais, conservar os ecossistemas costeiros e determinar potencialidades e vulnerabilidades da Zona Costeira, assegurando o controle da poluição ambiental, a mitigação de impactos ambientais e a recuperação das áreas degradadas (Lei nº 5.816 de 22 de dezembro de 1998).

O Estado do Espírito Santo conta, também, com o Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (FUNDAP), incentivo financeiro de apoio às empresas, sediadas no Espírito Santo, que realizem comércio exterior. O FUNDAP tem por objetivo o desenvolvimento e incremento das operações portuárias para importação e exportação através dos portos do Estado.



Destaca-se ainda o Programa de Gestão das Águas, que objetiva a implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos, visando o melhor aproveitamento socioeconômico das águas, propondo ações gerenciais dos recursos hídricos.

Deve-se destacar também o Plano de Emergência de Combate a Derramamentos de Petróleo (PECDP), sob a coordenação da Secretaria Estadual para Assuntos do Meio Ambiente (SEAMA), que inclui os Planos de Emergência Individuais e todas as instalações portuárias do Estado. Apoiado na lei federal que dispõe sobre a prevenção, controle e fiscalização da poluição causada pelo lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas na água sob jurisdição nacional, o objetivo do plano é responder aos acidentes ambientais.

O Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA) aprovou a gestão ambiental municipal dos Municípios de Vitória, Serra e Aracruz, no que tange à Área de Influência do empreendimento. Esses municípios devem, segundo a norma estadual SEAMA, 2005, as seguintes responsabilidades:

- 1) possuir instalado e em funcionamento o Conselho Municipal de Meio Ambiente deliberativo e paritário;
- 2) ter disponibilidade de recursos humanos com capacidade técnica comprovada para atuar na área ambiental;
- 3) ter legislação municipal voltada à proteção, conservação e melhoria do meio ambiente; e
- 4) ter disponibilidade de infra-estrutura operacional adequada à fiscalização e licenciamento ambientais.

A SEAMA está em processo de elaboração do Plano Estratégico.

Visando a implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos, a SEAMA possui também Programa Estadual de Gestão das Águas (PEGA), que se constitui em ações estratégicas como a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos e Ordenamento do Uso da Água (SEAMA, 2005).

A SEAMA atua no monitoramento da Qualidade das Praias em todos os municípios da área de influência do Bloco BC-10, através de pesquisa sobre a balneabilidade sanitária. Com o Programa Litoral Sadio, pretende-se levar informações acerca dos Programas da Secretaria para estimular a participação da população no processo de conscientização social.

O Projeto “Corredores Ecológicos”, que objetiva a preservação da Mata Atlântica remanescente na Bahia e no Espírito Santo, atua em toda a extensão da costa capixaba.



No Âmbito Municipal

Antes da descrição dos Planos e Programas nos Municípios do Rio de Janeiro da Área de Influência, é importante notar que existem ações intermunicipais atuantes na região, que não dependem de iniciativas federal nem estadual, mas sim da iniciativa intermunicipal. No Estado do Rio de Janeiro foram identificados dois consórcios intermunicipais, um já estabelecido e outro em fase de criação. O primeiro é o Consórcio Intermunicipal Lagos São João do qual fazem parte os Municípios de Arraial do Cabo, Armação de Búzios, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Saquarema e Araruama. O consórcio tem os seguintes Programas e respectivos projetos em andamento na região em estudo:

PROGRAMA	PROJETO
Programa de Macro Gestão da Bacia dos rios São João e Ostras	Conclusão dos estudos de renaturalização do baixo São João e mobilização para implantação do projeto;
	Indicação do projeto da rampa escada de peixe e mobilização para implantação do projeto;
	Manutenção dos estudos de balanço hídrico na represa e definição da operação das comportas – Estação meteorológica na represa;
	Estudo de viabilidade de atendimento de abastecimento d'água para Barra de São e Rio das Ostras via Represa de Juturnaíba;
	Subprograma de reflorestamento de matas ciliares.
Programa de Macro Gestão da Zona Costeira	Apoio a Implantação do “Projeto Orla”;
	Intensificação da discussão e posições sobre a exploração de petróleo na costa;
	Mobilização para preparação do Zoneamento Ecológico Econômico do Litoral;
	Apoio aos órgãos públicos no controle da pesca predatória;
	Apoio a mobilização para proposta de regulamentação da Política Estadual de Pesca.
Programa de Monitoramento de Águas das Bacias	Análises físico-químicas e bacteriológicas das Lagoas de Saquarema, Lagoa de Araruama, Rios São João, Bacaxá, Capivari, Jundiá e Una.
Programa de Gestão da Destinação de Resíduos Sólidos Domiciliares	Implantação do Plano estratégico de resíduos sólidos da Macrorregião;
	Assinatura do Pacto da estratégia junto ao MP Estadual;
	Implantação de um PEV modelo.
Programa de Apoio e Incentivos a Gestão das APA's	Massambaba
	Sapiatiba
	Pau Brasil
	São João/Mico Leão

continua



continuação

PROGRAMA	PROJETO
Programa de Consolidação da Política de Recursos Hídricos	Implantação do Comitê Lagos São João
	Preparação e editoração do Plano de Bacia
	Consolidação do cadastro de usuários
	Estudos para implantação da Cobrança
	Proposição de uso do Consórcio como Agência de Águas da Bacia
Programa de Apoio Técnico às Prefeituras e Reforço Institucional	Suporte a instalação das legislações municipais de meio ambiente e recursos hídricos
	Suporte ao licenciamento dos barreiros municipais
	Mobilização para captação de recursos do FAT para cursos profissionalizantes
	Mobilização para captação de recursos do PRONAF para geração de emprego e renda
	Custeio de bolsas de estudo para pós-graduação em gestão ambiental
Programa de Educação Ambiental	Animação das Redes de Educação Ambiental fortalecendo e articulando as equipes de Educação Ambiental, governamentais e não-governamentais, que trabalham nos municípios
	Consolidação da "visão de Bacia Hidrográfica" dentro dos programas de capacitação de multiplicadores
	Elaboração de campanhas educativas e de projetos integrados nas Bacias do Rio São João e Ostras
	Coordenação da programação do Ecotrailer nos municípios
	Incentivo aos "Vimas" e "Eco-clubes"
Programa de Comunicação e Divulgação	Promoção de eventos regionais integrados em datas ambientais comemorativas
	Manutenção do site como canal de informação e divulgação
	Manutenção dos comerciais de TV e spots de rádio em campanhas educativas
	Implantação de um Centro de Visitantes Regional
	Preparação de um projeto de sinalização vertical padrão regional;
	Preparação de mais duas publicações (livros) "Rio Una e Zona Costeira" e "Lagoa de Saquarema"
	Preparação de novos folder's e vídeos sobre as bacias

FONTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA GESTÃO AMBIENTAL DAS BACIAS DA REGIÃO DOS LAGOS, DO RIO SÃO JOÃO E ZONA COSTEIRA CNPJ 03.612.270/0001-41, 2005

As Prefeituras do Estado do Rio de Janeiro também têm planos de criar Consórcio Intermunicipal de Gerenciamento das Bacias Hidrográficas dos Rios Macaé e Macabú, Lagoa Feia e Região Costeira como instrumento jurídico e de tomada de decisão para auxiliar a solução de problemas relativos à proteção e recuperação dos recursos hídricos da região.



Já o processo de criação do Parque Nacional de Jurubatiba (PARNA de Jurubatiba) promove uma ligação intermunicipal entre os Municípios de Macaé, Carapebus e Quissamã. O IBAMA e SEBRAE apóiam a iniciativa que tem por objetivo viabilizar o desenvolvimento do turismo integrado ao parque, que se constitui em uma das principais áreas ambientais da região, apresentando diversidade de ecossistemas costeiros como mata de restinga, mata atlântica, manguezais, lagoas costeiras e brejos.

Uma das principais ações em prol da conservação de Arraial do Cabo é a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo (RESEXMAR), *“unidade de conservação de interesse ecológico-social que visa proteger o sustento da população tradicional (pescadores artesanais), através da normatização das diferentes atividades profissionais e amadoras desenvolvidas dentro da RESEX [...] e suas respectivas áreas de uso”* (RESEXMAR,2005).

A reserva está implantada desde 3 de janeiro de 1997 e, desde então, é gerida pelo IBAMA, Universidade Federal Fluminense (UFF), Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo e Associação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo (AREMAC). A RESEXMAR está com seu plano de manejo em vias de elaboração.

Também no Município de Arraial do Cabo, o Programa Água Viva, iniciativa da empresa PROLAGOS, conta com convênio do Instituto de Pesquisa e Educação para o Desenvolvimento Sustentável (IPEDS), e tem por objetivo promover a filantropia, comunicação social - com campanhas de divulgação acerca do uso sustentável da água -, e educação continuada – com o fornecimento de bolsas de estudos -, baseando-se no processo civil de furto d'água.

Já o Projeto Guias Mirins da Natureza, promovido pela Secretaria Municipal de Ação Social de Arraial do Cabo, é destinado aos jovens estudantes da rede pública em situação de risco social. O Programa tem o objetivo de orientar esses jovens no serviço público nas áreas de turismo, lazer e meio ambiente no sentido de torná-los consciente e aptos a exercerem serviços de guias-mirins.

As ações ambientais na região contam com o apoio do Núcleo de Pesquisas Ecológicas de Macaé (NUPEM), fruto de convênio entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), PETROBRAS e Prefeitura de Macaé. O NUPEM dispõe de laboratório equipado, sala de aula, biblioteca, refeitório e alojamentos para pesquisadores e estudantes. Vem recebendo pesquisadores de diversas universidades brasileiras e do estrangeiro, aprofundado conhecimento acerca da ecologia nas áreas tropicais.

O NUPEM dissemina o conhecimento gerado em suas pesquisas através de cursos de capacitação de professores da rede pública municipal. Esses cursos são bianuais e recebem professores de todos os municípios das regiões Norte e Noroeste Fluminense e Região dos Lagos.



Ações para o desenvolvimento ambiental estão começando a surgir nos municípios capixabas da área de influência do Bloco BC-10. No entanto, ainda são incipientes as ações públicas neste sentido.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Município de Anchieta atua na fiscalização ambiental de empresas, áreas verdes, praias, manguezal, áreas de preservação ambiental e unidades de conservação - da Guanabara e Estação Ecológica de Papagaio. A Secretaria também promove Educação Ambiental e desenvolve os Projetos Tavivamar e Conhecendo o Benevente (um dos principais rios da região). O Município de Presidente Kennedy está dentre os municípios envolvidos com o processo de implementação da Agenda 21 local.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Vitória desenvolve o Programa Parques e Áreas Verdes, Programa Gestão Ambiental, Programa Educação Ambiental, e Projeto Terra, além de possuir Agenda 21. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Município de Aracruz tem como objetivo implementar a Política Municipal de Meio Ambiente. Possui Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMMA), Fundo de Desenvolvimento de Meio Ambiente (FUNDEMA) e atua através das divisões de Controle e Qualidade Ambiental, Educação Ambiental e Operacional de Meio Ambiente.

II.5.A.2 Principais Planos e Programas relacionados à Pesca

No Âmbito Federal

A Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, através do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca procura implementar políticas públicas estruturantes, de forma a atender o desenvolvimento e o fomento da produção pesqueira e aquícola, apoio às atividades relacionadas à comercialização de pescados e normatizar procedimentos sustentáveis com o objetivo de incrementar a produção de aquicultura e pesca no território nacional. Para esse estudo, as seguintes ações foram consideradas relevantes:

O Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Pescado Proveniente da Pesca Artesanal foi desenvolvido e aprovado pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca e assistir a cadeia produtiva do pescado proveniente das comunidades pesqueiras tradicionais organizadas, cujos recursos são geridos pelo uso das comunidades pesqueiras. O Projeto deve ser implantado através de parcerias com órgãos públicos estaduais e municipais e organização de comunidades pesqueiras sem fins lucrativos, com prazo de execução até junho de 2006.

O Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (Profrota Pesqueira), instituído pela Lei 10.849 de 23 de março de 2004 e caracteriza-se por financiar “*aquisição, construção, conversão, modernização, adaptação e equipagem de embarcações pesqueiras com o objetivo de reduzir a pressão de captura sobre estoques sobreexplorados,*



proporcionar a eficiência e sustentabilidade da frota pesqueira costeira e continental, promover o máximo aproveitamento das capturas, aumentar a produção pesqueira nacional, utilizar estoques pesqueiros na Zona Econômica Exclusiva brasileira e em águas internacionais, consolidar a frota pesqueira oceânica nacional e melhorar a qualidade do pescado produzido no Brasil” (Art. 2º Lei 10.849 de 23 de março de 2004).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, política pública voltada aos agricultores familiares teve seu campo ampliado aos pescadores artesanais e instituiu, em 1997, o Pronaf Pesca, cujo objetivo geral é aumentar a capacidade produtiva, a geração de empregos e o exercício da cidadania dos pescadores e aqüicultores artesanais autônomos e com meios de produção próprios ou em regime de parceria com outros pescadores artesanais. O Pronaf Pesca pode financiar “*redes e apetrechos, desde que de acordo com a legislação vigente, embarcações, motores, infra-estrutura de armazenamento (freezers, câmaras, camaritas), infra-estruturas de transporte (caminhão, reboque...) e infra-estruturas de comercialização (balanças, caixas térmicas, bancas para feiras livres...)*” (Cartilha Pronaf Pesca, 2005).

No Âmbito Estadual

► Rio de Janeiro

O desenvolvimento da pesca pela esfera estadual no Rio de Janeiro é de responsabilidade da Secretaria de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior do Estado do Rio de Janeiro (SEAAPI). A Secretaria desenvolve o Programa Rio Peixe, que “*visa promover a educação e a capacitação profissional dos pescadores e aqüiculturas fluminenses e desenvolver a infra-estrutura de beneficiamento e comercialização na busca do desenvolvimento sustentável no setor*” (SEAAPI, 2005). Faz parte da Secretaria o Conselho Estadual de Política Agrícola e Pesqueira.

A Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ) desenvolve Programas de carcinicultura, maricultura, pesca marinha, e piscicultura e pesquisa. Mais especificamente, apóia a Estação de Experimental de Aqüicultura do Interior, em Campos dos Goytacazes, em convênio com a Prefeitura Municipal. A FIPERJ também tem Termo de Cooperação Técnica firmado com a Prefeitura Municipal de Cabo Frio.

► Espírito Santo

O Projeto Caranguejo é iniciativa da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e do Instituto de Pesquisa e Extensão Rural do Espírito Santo (INCAPER) e, além de ter por objetivo “*elaborar um banco de dados sobre o caranguejo *Ucides cordatus**”, o projeto também pretende “*avaliar a exploração comercial da espécie no Estado e fazer uma caracterização do complexo*



socioeconômico-cultural e um diagnóstico das doenças ocupacionais dos catadores de caranguejo nos municípios envolvidos”, visando a conservação do ecossistema manguezal e a sustentabilidade econômica da atividade pela comunidade tradicional (Projeto Caranguejo, 2005).

O Programa Sebrae de Aqüicultura, desenvolvido pela Secretaria de Estado para Assuntos de Meio Ambiente (SEAMA), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas Espírito Santo (SEBREA/ES) e Escolas de Pesca, visa desenvolver alternativas empregatícias e de renda às comunidades que vivem de qualquer atividade relacionada à aqüicultura, através de programas específicos nas áreas de carcinicultura, maricultura e piscicultura. No que tange a Área de Influência do Bloco BC-10, o Programa específico de maricultura atua diretamente nos municípios de Marataízes e Anchieta.

A Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aqüicultura e Pesca do Espírito Santo (SEAG), desenvolve ações através da Subsecretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário, da Aqüicultura e da Pesca.

No Âmbito Municipal

A atividade de pesca é considerada importante atividade dentro do contexto social e econômico da área de influência do empreendimento e tem forte demanda por programas e projetos de desenvolvimento.

Recentemente, foi criada a Escola de Pesca de Macaé, que conta com a parceria de diversos órgãos públicos como prefeituras, secretarias e conselhos estaduais e federais. No entanto, ainda são poucas as iniciativas para a proteção e preservação da pesca artesanal na região, o que gera uma carência de programas neste setor.

A piscicultura também é atividade econômica significativa no Município de Carapebus, que conta com o Programa de Desenvolvimento da Piscicultura Rural, visando criar alternativas de geração de renda no meio rural, bem como outros projetos de melhorias da infra-estrutura do município. Em São Francisco de Itabapoana há projeto para construção de um terminal pesqueiro para facilitar escoamento da produção pesqueira no município.

A Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Controle Urbano de Niterói, através da Subsecretaria de Meio Ambiente, criou recentemente a Assessoria de Pesca e Agricultura. O Conselho Municipal de Política Agrícola e Pesqueira (COMPAT-NIT) vem tentando conhecer os problemas das comunidades costeiras que desenvolvem atividade de pesca através de reuniões periódicas, a fim de atender suas necessidades gerais e sanar possíveis problemas com impactos ambientais.

O Município de Niterói também vem desenvolvendo políticas públicas direcionadas à atividade pesqueira, inclusive unindo esforços para se estabelecer



o maior desembarque de pescado do Estado. A Subsecretaria de Meio Ambiente tem por meta elaborar um Diagnóstico da Pesca e um cadastramento da atividade pesqueira, no Programa Estatística Pesqueira.

A pesca é uma das principais atividades da população nos Municípios de Piúma, Itapemirim e Anchieta, principalmente devido ao atum de boa qualidade presente na região. Esses municípios contam com apoio do Programa de Maricultura, desenvolvido em parceria entre a SEAMA, e SEBRAE e a Escola de Pesca de Piúma, que visa criar alternativas de emprego e renda para as comunidades pesqueiras. A Escola de Pesca de Piúma consiste num estabelecimento de ensino de primeiro grau e profissionalizante, onde são ministrados cursos voltados para a capacitação na arte de pesca e maricultura, prestando serviços aos pescadores. A partir de 2003, esta instituição vem recebendo apoio financeiro da PETROBRAS.

A recentemente instituída Secretaria Municipal de Pesca de Anchieta está iniciando os seguintes projetos:

- Plano Local de Desenvolvimento da Maricultura (PLDM).
- Diagnóstico do potencial aquícola para produção de peixes e camarão em tanques-rede, viveiros e escavados, voltado para a geração de renda.
- Projeto Pescando Letras para alfabetização de pescadores.
- Projeto Trapiche para a construção de terminais para atracação em Ubú e Inhaúma.
- Pesquisas sobre a cultura de ostras e tilápias em parceria com a UFES e o INCAPER; e
- Cadastro municipal dos pescadores, catadores, marisqueiros e embarcações de pesca.

O Município de Aracruz, através de sua Secretaria de Agricultura, desenvolve ações através da Divisão de Desenvolvimento da Pesca e da Aquicultura (DPA), que possui as Seções de Desenvolvimento da Pesca (SDP) e da Agricultura (SDA).

II.5.A.3 Principais Planos e Programas relacionados ao Turismo

No Âmbito Federal

O turismo é atividade importante na Área de Influência no Bloco BC-10. Para tanto, é relevante citar o Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), de iniciativa federal, concebido para promover o fortalecimento do turismo nas regiões brasileiras, em uma ação coordenada entre as organizações federais, estaduais e municipais, encorajando o desenvolvimento, a preservação e a restauração do meio ambiente.



No Âmbito Estadual

► Rio de Janeiro

No Estado do Rio de Janeiro, o PRODETUR recebe o nome de Porta do Brasil e está dividido em quatro áreas, sendo que as que tangem a região sob estudo são as que a Secretaria do Estado de Turismo do Rio de Janeiro (SETUR), através da Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro, atua com iniciativas de organização e aperfeiçoamento regional das atividades turísticas em voga e potenciais nessas regiões.

- a Costa do Sol, que engloba os Municípios de Maricá, Saquarema, Araruama, Arraial do Cabo, Armação de Búzios, Cabo Frio, Carapebus, Casimiro de Abreu, Macaé, Quissamã e Rio das Ostras; e
- a Costa Doce, da qual fazem parte os Municípios de Campos dos Goytacazes, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra.

► Espírito Santo

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR) do Espírito Santo desenvolve três Programas de base: o PRODETUR NE II, que envolve o Município de Linhares, no Norte do Estado; o Programa Bolsa de Negócios Turísticos e o Programa Regionalização do Turismo, que visa ao planejamento estratégico das ações turísticas no Estado.

Dentro do Programa de Regionalização do Turismo, a Secretaria desenvolve duas ações estratégicas, a Regiões Turísticas e as Rotas Turísticas. A primeira define as vocações turísticas dos municípios que a consiste, conforme indica o quadro abaixo:

LITORAL NORTE	METROPOLITANA	LITORAL SUL
<ul style="list-style-type: none">▪ Linhares▪ Aracruz	<ul style="list-style-type: none">▪ Fundão▪ Serra▪ Vitória▪ Guarapari▪ Vila Velha	<ul style="list-style-type: none">▪ Marataízes▪ Itapemirim▪ Presidente Kennedy▪ Piúma▪ Anchieta

A iniciativa Rotas Turísticas indica circuitos temáticos a serem seguidos pelos visitantes no Estado do Espírito Santo. A Rota dos Mares e da Montanha inclui o Município de Vitória, a Rota do Sol e da Moqueca, os Municípios de Vitória, Serra, Vila Velha e Guarapari, a Rota dos Vales e do Café, o Município de Marataízes e a Rota do Verde e das Águas, os Municípios de Vitória, Aracruz e Linhares. Em breve a Secretaria disponibilizará estatísticas sobre o turismo estadual.



No Âmbito Municipal

Os Municípios de Armação de Búzios, Cabo Frio e Rio das Ostras apresentam infra-estrutura turística em franco desenvolvimento. No Município de Armação de Búzios, o Plano de Desenvolvimento Sustentável funciona atualmente como instrumento principal da gestão integrada municipal, apresentando como linha central a organização do uso da orla marítima.

Em Cabo Frio, estão feitos esforços de se aumentar a movimentação turística, tanto com o projeto de ampliação do aeroporto, o que possibilitará aumento no volume de cargas e na movimentação de passageiros, como, se crê, com a criação do Parque Temático Náutico. Em Rio das Ostras, o principal foco tem sido dado aos Projetos de urbanização da Zona Especial de Negócios, que é um pólo de negócios voltados para o setor industrial e de serviços.

A atividade turística em Macaé se caracteriza, principalmente, pelo turismo de negócios, decorrente das atividades petrolíferas na bacia. Para tanto, foi criada a Empresa Municipal de Turismo (MACAETUR), com o objetivo de fomentar a atividade turística na região. A MACAETUR tem procurado diversificar a atividade turística e ampliar a infra-estrutura para se capacitar a receber mais visitantes.

Ainda no campo do turismo de negócios foi inaugurado recentemente o Centro de Convenções, um dos maiores do Estado, que faz parte do Projeto de Apoio às Atividades Dinâmicas - como o turismo e a indústria, do município. Também para este projeto estão planejadas construções do Centro Administrativo de Macaé, Incubadora de Empresas, Mercado de Peixe, Parque da Cidade e projetos de urbanização da orla. A Feira Macaé Offshore, que ocorre a cada dois anos, também se destaca por intensificar a atividade petrolífera da região.

O CEFET Campos – Unidade Macaé, oferece Curso Técnico de Turismo, cujos alunos adquirem qualificação básica para atender demanda emergencial nos distritos serranos.

Apesar da indústria hoteleira incipiente na região, esforços estão sendo feitos para a divulgação do município de Carapebus, que tem o selo de “Município Prioritário para o Desenvolvimento do Turismo”, da EMBRATUR. A Prefeitura do Município de Quissamã, que também usufrui o turismo de pequenos negócios e lazer, o que justificou o selo da EMBRATUR de “Potencialmente Turístico”, tem buscado parceiras com o intuito de desenvolver a atividade.

Os Municípios de São João da Barra e São Francisco de Itabapoana têm priorizado suas ações à infra-estrutura turística. O primeiro, através do Programa de Desenvolvimento de Turismo, visa criar melhores condições para o atendimento das demandas turísticas municipais.

O turismo no Município de Vitória possui diversas frentes de atuação turística por ser constituinte de três Rotas Turísticas estabelecidas pelo Governo do Estado, conforme visto anteriormente, porém não foram identificados Programas



municipais específicos neste sentido. A Secretaria Municipal de Turismo, Esporte, Cultura e Lazer (SEMTU) de Aracruz, através da Subsecretaria de Turismo, Esporte e Lazer e da Seção de Planejamento Turístico, desenvolve projetos voltados ao desenvolvimento do turismo, readequando os pólos turísticos existentes viabilizando a exploração do turismo protegendo o meio ambiente.

II.5.A.4 Conclusão

Conclui-se que os Planos e Programas governamentais supracitados não apresentam impedimentos para a atividade do Bloco BC-10. No entanto, deve-se atentar para o fato de que empreendimentos petrolíferos de toda natureza podem vir a causar impactos, tanto positivos como negativos, na sua área de influência. Portanto, recomenda-se que sejam efetuados contatos e, quando possível e interessante, parcerias com instituições político-administrativas atuantes na região, no sentido de afinar o empreendimento com as intenções locais de desenvolvimento.